



ACONTECIMENTOS NACIONAIS E TERRITORIALIDADE: O GOLPE DE 64 NO VALE DO MUCURI (MG)

Márcio Achtschin Santos [*]

O artigo propõe analisar as particularidades envolvendo o Golpe de 64 no Vale do Mucuri, nordeste de Minas Gerais, em especial a sua cidade polo, Teófilo Otoni. Tendo como referência o conceito de territorialidade, a questão central é identificar de que modo os movimentos de abrangência nacional são construídos em um determinado território. A pesquisa se propõe explorar a realidade local a partir do sistema de Agregação. Este foi um regime agrário no qual o proprietário rural cedia um pequeno pedaço da terra ao trabalhador em troca de serviço temporário na fazenda. Em seguida, buscou-se examinar como este modelo produtivo coexistiu com o Golpe de 64. As fontes utilizadas foram jornais regionais, atas de reuniões da Câmara Municipal de Teófilo Otoni e publicações acadêmicas acerca do Mucuri. Concluiu-se que o sistema de agregação respondeu ao Golpe adequando-o aos seus interesses. O que leva a pensar que movimentos globais, como o capitalismo, não impactam de forma homogênea os territórios, sendo que estes respondem diferentemente às influências da vida econômica e política nacional. Nesse sentido, considera a necessidade de revisão das atuais propostas educacionais que privilegiam construções nacionais nem sempre identificadas com a realidade regional, apresentando aos estudantes um cenário limitado diante das suas vivências locais.

Palavras-chave: Territorialidade. Golpe de 64. Vale do Mucuri.

NATIONAL EVENTS AND TERRITORIALITY: THE COUP OF 64 IN THE MUCURI VALLEY (MG)

ABSTRACT

The article proposes to analyze the particularities involving the Coup of 64 in the Mucuri Valley, northeast of Minas Gerais, especially its hub city, Teófilo Otoni. With the concept of territoriality as a reference, the central question is to identify how movements of national scope are constructed in a given territory. The research proposes to explore the local reality from the Agregação system. This was an agrarian regime in which the rural owner ceded a small piece of land to the worker in exchange for temporary service on the farm. Next, we sought to examine how this productive model coexisted with the Coup of 1964. The sources used were regional newspapers, minutes of meetings of the Municipality of Teófilo Otoni and academic publications about Mucuri. It was concluded that the agregação system responded to the Coup by adapting it to its interests. This leads us to think that global movements, such as capitalism, do not have a homogeneous impact on territories, and that these respond differently to the influences of national economic and political life. In this sense, it considers the need to review the current educational proposals that privilege national constructions not always identified with the regional reality, presenting students with a limited scenario in view of their local experiences.

Keywords: Territoriality. Coup of 1964. Mucuri Valley.

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1x, p. 1-24, e-rte331202471, 2024.



ACONTECIMIENTOS NACIONALES Y TERRITORIALIDAD: EL GOLPE DEL 64 EM EL VALLE DE MUCURI (MG)

RESUMEN

El artículo propone analizar las particularidades del Golpe de Estado del 64 en el Valle de Mucuri, nordeste de Minas Gerais, especialmente en su ciudad central, Teófilo Otoni. Tomando como referencia el concepto de territorialidad, la cuestión central es identificar cómo se construyen los movimientos de alcance nacional en un territorio determinado. La investigación propone explorar la realidad local desde el sistema de agregação. Se trataba de un régimen agrario en el que el propietario rural cedía un pequeño trozo de tierra al trabajador a cambio de un servicio temporal en la finca. A continuación, se buscó examinar cómo este modelo productivo convivió con el Golpe del 1964. Las fuentes utilizadas fueron periódicos regionales, actas de reuniones de la Municipalidad de Teófilo Otoni y publicaciones académicas sobre Mucuri. Se concluyó que el sistema de agregação respondió al Golpe adaptándolo a sus intereses. Esto nos lleva a pensar que los movimientos globales, como el capitalismo, no tienen un impacto homogéneo en los territorios, y que estos responden de manera diferente a las influencias de la vida económica y política nacional. En este sentido, considera la necesidad de revisar las propuestas educativas actuales que privilegian construcciones nacionales no siempre identificadas con la realidad regional, presentando a los estudiantes un escenario limitado frente a sus experiencias locales.

Palabras clave: Territorialidad. Golpe del 64. Valle de Mucuri.

INTRODUÇÃO

A relação do Golpe de 1964 com o contexto da Guerra Fria está presente na grande maioria dos estudos realizados sobre o tema¹. De modo geral, a literatura que trata desta questão interpreta esse movimento como resultado das mudanças estruturais do capitalismo no Brasil e dependência brasileira ao capital internacional. Por intermédio desses autores, são pouco trabalhadas particularidades regionais, pois tal leitura acaba por privilegiar aspectos macro, negligenciando as diferenças locais e a realidade destas diante dos grandes acontecimentos econômicos e políticos brasileiros.

Ainda são modestas as pesquisas que marcam a categoria território como referência para analisar temas de expressão nacional (Barros, 2006). Mas, ao incluir essa abordagem, amplia-se a possibilidade de identificar a interação entre o global e os espaços de vivências, rompendo com a perspectiva homogeneizadora e simplista, uma vez que essa leitura “[...] não deve ser feita inseparavelmente da vida social de um grupo num determinado lugar” (Abrão, 2010, p.



62). Desse modo, ao propor uma abordagem de movimentos nacionais interligados às especificidades pode favorecer também no campo da educação, aproximando o estudante do seu espaço de vivências.

De acordo com Rogério Haesbaert (2004) o território é múltiplo, carrega dimensões políticas, econômicas e culturais. Nessa diversidade, as identificações dos territórios se caracterizam desde as visões mais tradicionais, como o Estado-nação, até as múltiplas identidades regionais. Nestas são produzidas jurisdições próprias, reais ou imaginadas, espaços habitados em arranjos e tensões, mas com experiências territoriais particulares.

Pode-se conceber para as pesquisas os territórios como espaços relacionais e em movimento permanente, ora ajustando, ora tensionando com os fundamentos do capital. Nesse entendimento, muito além de uma lógica padronizada, o território ganha o sentido do espaço vivido nas mais diversas produções materiais, nas redes de sociabilidades, nos conflitos e tensões (Haesbaert, 2007). Vivências que devem ser consideradas para satisfações das necessidades internas, em relações que são econômicas, são culturais e são políticas.

Nesse sentido, é nos territórios que se estabelecem não apenas as especificidades das relações de trabalho, mas também os conflitos de interesse. Portanto, o território é um espaço de poder: “Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações” (Raffestin, 1993, p.45). Corroborando com essa leitura Rogério Haesbaert ao apontar que território diz respeito a poder tanto “[. . .] no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação [. . .]” (Haesbaert, 2007, p. 21-21).

Tendo como ponto de partida essa perspectiva, a questão posta é: utilizar de modo exclusivo análises a partir da lógica capitalista possibilita a compreensão das particularidades regionais? De que maneira podemos identificar as particularidades desse movimento nacional na vida econômica e política de territórios específicos? Quais os impactos trazidos com o Golpe de 1964 em Teófilo Otoni e região? Como uma perspectiva histórica restrita ao cenário nacional pode refletir na educação escolar?

O objetivo central desse artigo é identificar, em um recorte espacial historicamente definido, possíveis respostas dadas pelos territórios a fatos de abrangência nacional. A **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1x, p. 1-24, e-rte331202471, 2024.**



finalidade é identificar de que modo os fenômenos macro são produzidos em locais que estão fora dos grandes centros decisórios. Sem recusar um diálogo com os fenômenos globais, possibilita ponderações em torno do conceito de brasilidade como um aspecto homogêneo. Por fim, apresenta como reflexão os prováveis impactos causados nessas releituras para a produção do conhecimento no ambiente escolar.

Este trabalho utiliza, além da literatura acadêmica produzida sobre a região, análise documental, explorando os jornais locais *O Norte de Minas* (Acervo Digital Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri), entre 1929 e 1951 e *A Família* (Acervo do Centro de Documentação e Arquivos da UFVJM – Campus Mucuri) entre os anos de 1913 e 1920, bem como as atas de reunião da Câmara Municipal de Teófilo Otoni (Acervo Câmara Municipal de Teófilo Otoni), entre os anos de 1947 e 1985. Tais registros são as únicas fontes disponíveis para analisar o período em questão. Porém, oferecem informações extremamente ricas para uma percepção da vida política e econômica do Vale do Mucuri.

O artigo se subdivide em três momentos. O primeiro propõe discutir sobre a presença do agrego e seu papel na formação econômica do Vale do Mucuri. No segundo momento analisa as relações de poder construídas pelo sistema de agregação. Por fim, trata da relação dessa especificidade territorial do nordeste mineiro com o Golpe de 64.

O Vale do Mucuri e o sistema de agregação

A economia baseada no trabalho agrego existiu desde o período colonial (Franco, 1974). Ao longo dos séculos ganhou novas roupagens regionais bem como se modificou à medida que as formas de trabalho também se transformavam. Mas, de modo geral, o regime agrário denominado agregação pode ser entendido quando parte da terra era cedida pelo fazendeiro ao indivíduo ou família com direito à extração das matas e ao uso da terra, que, em troca, trabalhava temporadas para a fazenda (Ribeiro, 2013). O agregado era aquele que utilizava a terra para produzir alimentos e extração de matérias-primas, mas não era o proprietário. Por não ter a posse, tinha parte da terra cedida pelo proprietário para ser explorada.

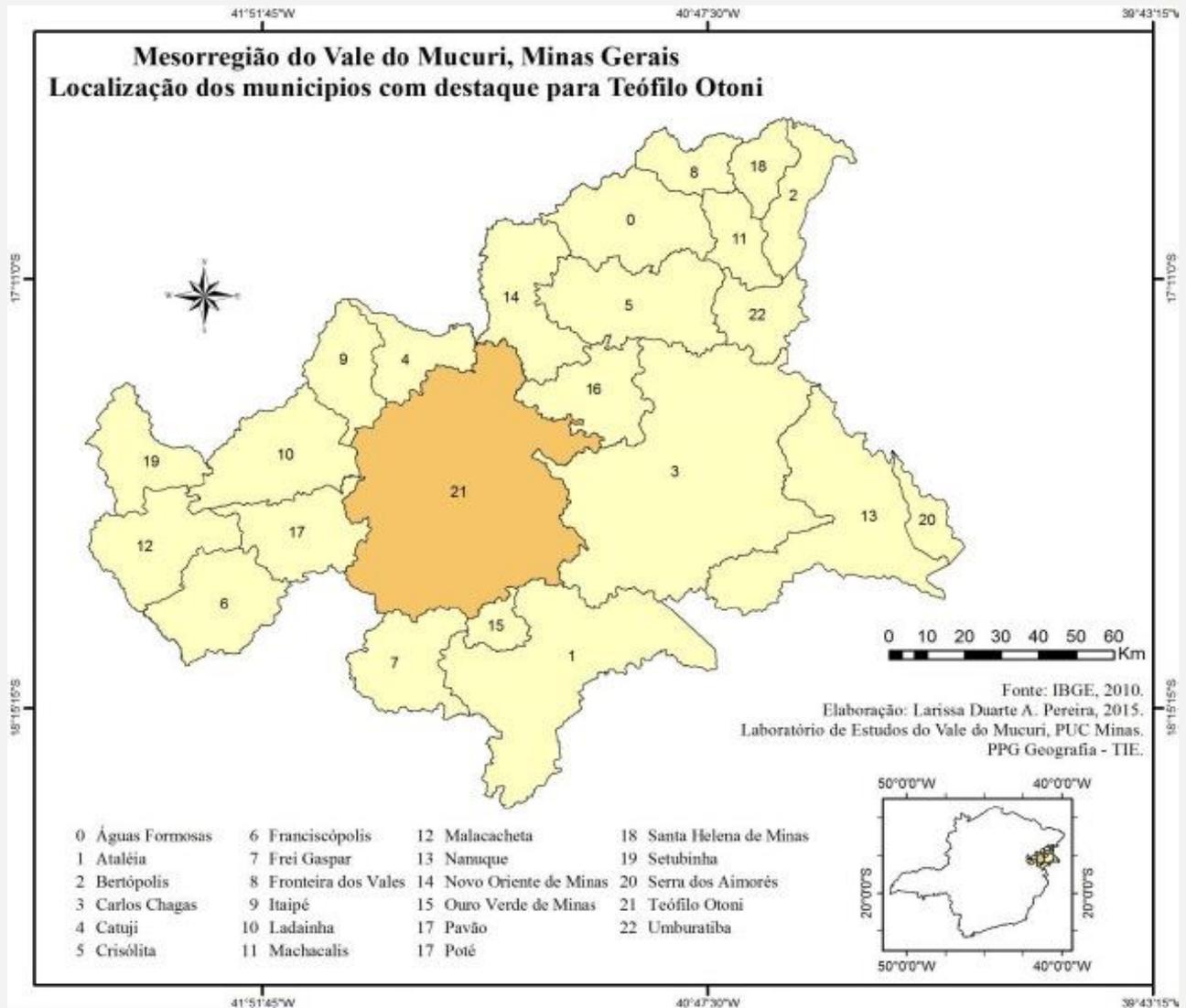


Conforme o trabalho assalariado foi sendo implantado, concomitante com a modernidade tecnológica na área rural, o agrego foi perdendo espaço. No entanto, não foi um movimento imediato. Atingiu primeiramente os grandes centros econômicos brasileiros durante o século XX, mas predominando o agrego em meios rurais periféricos até os anos de 1970. Foi o caso do Vale do Mucuri.

O Vale do Mucuri, localizado no nordeste de Minas Gerais, até o início do século XIX era ocupado exclusivamente por comunidades indígenas. Com a crise aurífera e a reestruturação da economia mineira, por intermédio de um modelo produtivo baseado na agricultura, o Mucuri se reconfigurou (Achtschin Santos, 2022). Na segunda metade dos anos de mil e oitocentos já predominava em grandes propriedades o plantio do café. Em um momento que a escravidão caminhava para seu fim, preponderou o trabalho agrego nas fazendas da região.



Figura 1 – Mapa da Região do Vale do Mucuri, Minas Gerais, com destaque para o município de Teófilo Otoni.



Fonte: Mapa da localização do município de Teófilo Otoni na mesorregião do Vale do Mucuri, Minas Gerais (Pereira; Caldeira; Barroso. 2015, p. 06). Elaboração: Larissa Duarte Araújo Pereira, 2015.

O agrego nas fazendas do Vale do Mucuri, da sua formação no século XIX até o seu final nos anos de 1960, “[...] sustentou a ordem e a dinâmica da fazenda” (Ribeiro, 2013, p. 402). Foi determinante para a formação do Vale do Mucuri, compondo o cenário rural das médias e grandes propriedades por, aproximadamente, um século:



Uma grande fazenda típica da bacia do Mucuri, na virada do século XIX para o século XX, era composta de centenas de alqueires divididos entre roças, pastos, matas e posses de agregados, espaço em torno do qual gravitavam, frequentemente 50 ou 60 famílias sob o domínio patriarcal do “coronel” (Martins, 2013, p. 61).

Segundo Achtschin Santos (2022), compuseram mão-de-obra agrega no Vale do Mucuri: os sobreviventes das comunidades indígenas que perderam suas reservas, gradativamente enquadrados no mundo do trabalho das lavouras; os ex-escravizados, que mantiveram-se no mesmo local onde foram cativos; os ex-posseiros, que não tinham recursos para o próprio sustento ou meios para, por pressão do latifundiário para abandonarem a sua terra; os retirantes do Jequitinhonha e da Bahia, afastados de suas posses por conta da seca. A precariedade desses trabalhadores favoreceu, em muito, os proprietários de terra dessa região mineira:

Os grupos que compuseram o agregado serviam de mão-de-obra barata e presas fáceis para o trabalho na lavoura, reforçando a exploração e todo o poder de mando que acompanhava esse modelo. A relação de poder era, portanto, extremamente desigual, tendo o proprietário de um lado, e grupos completamente despossuídos do outro. A partir dessa relação não existia base de reciprocidade, pois o agregado pouca ou nenhuma moeda de troca tinha para negociar com o proprietário rural. As possibilidades de barganha eram reduzidas, especialmente nas condições tão escassas que viviam os grupos que compuseram o agregado no Vale do Mucuri. (Achtschin Santos, 2020, p. 487).

A agregação no Mucuri se iniciou com o café e, com a crise de 1929, gradualmente migrou para a pecuária. Em meados do século XX, o Mucuri tinha a maior densidade bovina do Brasil (Martins, 2010). Em ambos os momentos, esse modelo produtivo favoreceu muito a concentração de renda dos proprietários rurais, pois encontrava na região uma grande quantidade de terra a ser explorada em um sistema baseado em mão-de-obra muito barata. Diferente do agregado das regiões centrais, caso de São Paulo, em que o trabalhador tinha alguma possibilidade de negociação com o proprietário, o camponês do Mucuri não tinha poder de barganha algum, especialmente pelo isolamento e consequente autonomia política da elite rural (Achtschin Santos, 2022).



Concomitante a essa relação de trabalho, a agricultura e a pecuária utilizavam o desflorestamento com a finalidade de ampliar espaços para a produção. Por sua abundância, era permanente a referência à região como “as matas do Mucuri”. A retirada de madeiras foi uma ação contínua, chamada pela imprensa de “Toada dos machadeiros” (A Família, 12 abr. 1913). O artigo no jornal *A Família* de 18 de outubro de 1913-destacou a forma predatória como era explorada a terra no nordeste mineiro: “O nosso fazendeiro [...] deixa-se cair no culpável consentimento à devastação da floresta” (A Família, 18 out. 1913). O desmatamento era vantajoso, pois o custo em mão de obra era baixíssimo ou, na maioria das vezes, sem custo algum.

Desse modo, não ocorreu investimento em tecnologia na produção agropecuária do Vale do Mucuri, já que havia uma mão-de-obra barata e abundante somada a uma exploração da terra baseada em um modelo estritamente predatório (Achtschin Santos, 2020). Uma atividade fundada nessas práticas apresenta limites para se desenvolver dentro do modelo capitalista típico do século XX, já que os ruralistas do nordeste mineiro consideravam ser os maquinários agrícolas um custo desnecessário, e a abundância de terra não estimulava seu uso de modo racional. Com isso, os proprietários rurais do Mucuri coexistiam com a crescente produção capitalista vivendo internamente um modelo distinto deste, tanto nas relações de trabalho quanto na ausência de recursos tecnológicos.

A política no Mucuri nos anos que antecedem o golpe de 64

Concomitantemente, a tendência conservadora da vida econômica também se manifestava nas relações de poder. O controle da terra e dispor dela para um despossuído já estabelece o mando. No nordeste mineiro, grande parte dessa terra era devoluta, sendo que o seu usufruto era mantido pela força. Quer sejam entre lavradores e pecuaristas com os indígenas, quer seja entre posseiros, a violência no Vale do Mucuri foi o elemento central para resolução de conflitos rurais. O jornal *A Família* destacava em editorial a tensão em relação a posse da terra: “Se algum proprietário limítrofe ou vizinho atravessa a linha de suas terras,



surgem logo questões renhidas que finalizam, com assassinatos e crimes bárbaros” (A Família, 01 fev. 1913).

O porte de arma era liberado a todo indivíduo adulto, mas armas sofisticadas eram de uso de fazendeiros. Matadores de aluguel recebiam a proteção do grande proprietário, que os tinha como segurança para agir e amedrontar o trabalhador do campo, quando não expulsar os agregados e posseiros. *O Norte de Minas* de 20 de julho de 1929 publicou em editorial: “Evitem-se as proteções escandalosas a criminosos potentados, para uma campanha sistemática do porte de armas ofensivas [. . .] nas fazendas, verdadeiros arsenais se julgam inatingíveis pela lei”.

Em 13 de julho de 1930, o jornal *O Norte de Minas* noticiava 16 homicídios em um período de seis meses no distrito de Urucu. Em 25 de março de 1933, o mesmo jornal publicava a chacina de 05 membros da família Lopes, mortos por jagunços. A polícia prendeu 21 jagunços, mas os militares vindos da capital do Estado reclamavam das interferências políticas locais na apuração.

O mesmo periódico, em 16 de março de 1940, denunciava na região pecuarista do município de Carlos Chagas a “[...] formação de grandes latifúndios com a conseqüente saída de pequenos proprietários”. A justiça tratava com descaso tal situação, quando não era ela própria que estava envolvida nos conflitos da fazenda em favor do proprietário.

À medida que a propriedade rural se estendia, os conflitos acirravam esses embates, a vantagem era de quem tinha armas e jagunços. Em artigo assinado por Petrônio Mendes intitulado “Lei do rifle”, em *O Norte de Minas* de 13 de julho de 1946, o controle da posse por grandes fazendeiros apontava para a falta de proteção daquele de menor posse na região do Baixo Mucuri: “O absurdo ali é que o desrespeito às leis [sic] ão parte dos homens laboriosos afundados na mata inóspita, roídos de boubá e marcados pelo paludismo”. Segundo o jornal, são crimes violentos e premeditados, sem qualquer intervenção do Estado, no qual “[...] os direitos essenciais do homem se antepõe [sic] selvática lei da jângal, onde o maior respeito se atribui a quem transporte mais longo rifle e maior capanga de balas” (*O Norte de Minas*, 13 jul. 1946).

Esse quadro ganha maior especificidade pelo isolamento da região nordeste mineira em relação aos grandes centros decisórios estaduais e nacionais. Em artigo intitulado “Um pedaço
Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1x, p. 1-24, e-rte331202471, 2024.



de Minas isolado de Minas”, o jornal “O Norte de Minas” criticava essa situação, afirmando estar “[...] Teófilo Otoni a 15 dias de viagem de Belo Horizonte” (25 mai. 1933). Segundo o jornal, pela precariedade e insegurança da estrada para a capital mineira, quem quisesse chegar a Belo Horizonte teria de percorrer 380 quilômetros de trem até o litoral baiano, daí navegar até o Rio de Janeiro, e seguir novamente por terra até a capital mineira.

Em editorial de 10 de junho de 1933, *O Norte de Minas* enunciava que, apesar da riqueza, a região vivia em abandono pelo poder público: “fecunda e abandonada [...] apesar do trabalho eficiente e realizador desse povo bom e ordeiro, que, dentro da mata virgem, sem transporte, sem auxílio quase nenhum, construiu uma cidade [...]”. Três anos depois, o mesmo jornal lamentava que a região, vivendo de migalhas, era apenas “[...] uma simples Expressão geográfica” (O Norte de Minas, 29 ago.1936).

Até a segunda metade do século XX, o nordeste mineiro teve na força da fazenda o principal instrumento para resolver as diferenças, quer seja entre proprietários, quer seja entre estes e os trabalhadores rurais. Por sua vez, o Estado não tinha o controle sobre a região:

[...] Arthur Bernardes [governador de Minas Gerais entre 1918 e 1922] foi o primeiro a reconhecer que a atuação do governo na bacia do Mucuri não possuía a força necessária para promover o ‘aproveitamento racional’ das terras devolutas e das matas (Martins, 2010, p. 54).

A força regional da oligarquia agrária se manteve viva, especialmente porque a população do nordeste mineiro, em meados dos anos de mil e novecentos, ainda vivia no campo. Em 1953, a população do município de Teófilo Otoni era ainda majoritariamente rural: dos 90 mil habitantes, apenas 25 mil eram urbanos (O Norte de Minas, 06 set.1953). De acordo com Márcio Achtschin (2018), somente em 1970, segundo Censo do IBGE, Teófilo Otoni vai apresentar uma leve superioridade urbana em relação à população rural: esta 65.923 (49,56%), e a cidade de Teófilo Otoni com 67.094 (50,44%).

A marcante influência do agrego no Mucuri dificultou até mesmo investimentos que tendiam a se instalar na região com bases no capitalismo. A Estrada de Ferro Bahia e Minas (EFBM) pode servir de exemplo para ilustrar esse cenário. Pressionado pelos agricultores da região, que necessitavam de um meio eficiente para transportar o café, o Império Brasileiro **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1x, p. 1-24, e-rte331202471, 2024.**



iniciou a partir de 1881 a construção da EFBM, que, com o ponto de partida no litoral sul baiano, percorreu todo Vale do Mucuri e se estendeu até o Vale do Jequitinhonha, sendo seu ponto final em Araçuaí.

Figura 2 - localização, traçado, estações e municípios da EFBM.



Fonte: Lana, Sérgio. Acervo digital do Museu Virtual Vale do Mucuri. <https://museuvirtualvaledomucuri.com.br/>. Acesso em 02 de maio de 2024.

Marcos Lobato Martins (2015) destaca que as características locais do Mucuri frearam a penetração de princípios capitalistas que poderiam ser trazidos por uma empresa como a EFBM:

Diante desta realidade, talvez seja apropriado pensar a Bahia-Minas como organização dominada por certo hibridismo, misturando dimensões “modernas” e “tradicionais”. Uma criatura do mundo capitalista industrial que, ao se instalar num canto isolado de Minas Gerais, foi obrigada a se acomodar ao contexto [. . .] que vigorava no Mucuri. A Bahia-Minas foi, portanto, elemento de modernização cujo alcance e força, entretanto, sofreram diluições e deslocamentos em decorrência das resistências interpostas pelo processo histórico de colonização do Vale do Mucuri. (Martins, 2015, p. 83).



Diferente do processo industrializante iniciado a partir da Era Vargas, a agregação se manteve dominante no Mucuri no século XX. As representações partidárias procuraram conservar politicamente esse modelo. No processo de redemocratização após 1945, a região não se alinhou com a tendência partidária da política brasileira entre 1945 e 1964. É emblemática a manutenção do velho Partido Republicano, resgatado da Primeira República, diferente do predomínio nacional do PSD, UDN e PTB do período. O PR, sepultado na Revolução de 30, na região do Mucuri foi o principal partido, um defensor das relações agregadas e da exploração predatória irrestrita das matas.

Entre os anos de 1950 até os anos de 1965, as principais representações do Vale do Mucuri na Assembleia estadual e na Câmara de deputados estiveram presentes através da legenda do Partido Republicano. Igualmente se sustentaram no primeiro escalão no governo mineiro durante todo esse período.

O PR e suas lideranças procuravam aliançar as novas tendências de modernização nacional aos projetos conservadores do Mucuri. O retorno de um partido historicamente relacionado às oligarquias com ares de modernidade ia ao encontro dos interesses da elite ruralista do Mucuri. No sentido prático da política de Estado, as lideranças do PR procuravam direcionar investimentos que beneficiassem a agropecuária, como construção de estradas rurais, postos agropecuários e negociações de dívidas.

Nos anos de 1950, enquanto se discutia nacionalmente um projeto de industrialização para o Brasil, esse era um tema ignorado pelas lideranças políticas do Mucuri. A exposição da maior expressão do PR da região, Tristão Ferreira da Cunha, é emblemática em relação ao caminho contrário defendido pelo partido. Na posse como secretário da agricultura, indústria e comércio de Minas Gerais, Cunha alertava: “a industrialização não pode nascer a partir do ônus da agricultura [. . .]” (O Norte de Minas, 17 fev.1952) e acrescentou:

Sou filho da gleba de uma fazenda do interior de Minas [. . .] O meu pai, que era um homem de fortuna, tudo perdeu numa fazenda que adquiriu e explorou na região do Mucuri [...] O Brasil, um país essencialmente agrícola, não pode progredir sobre os ombros frágeis da agricultura, também de uma indústria que se quer criar à força. Não podemos chegar a meta da industrialização



fazendo chegar todos os encargos de uma indústria nova. (O Norte de Minas, 17 fev. 1952).

O discurso era de um administrador identificado com a economia rural, sendo “[. . .] afeito às lutas dos homens ‘hinterland’, em cujo ambiente aprendeu sólidas lições da vida prática” (O Norte de Minas, 17 fev. 1952).

O Partido Republicano também manteve controle sobre os mandatos regionais. Na cidade polo do Mucuri, Teófilo Otoni, fez (ou apoiou), a partir da década de 50 dos anos de 1950, todos os prefeitos, bem como conseguiu eleger pelo menos um terço das 15 cadeiras do legislativo em todos os pleitos (Achtschin Santos, 2015).

O golpe de 64 e seu impacto no Vale do Mucuri

Não apenas a hegemonia partidária beneficiava os médios e grandes produtores agropecuários, mas também outro aspecto favorecia esse setor: a fragilidade da organização do trabalhador rural. A mão-de-obra abundante, em condições de pobreza extrema e um território distante do controle do Estado fez com que a região ficasse muito fragilizada quanto aos avanços das lutas camponesas.

Diferentemente de outras regiões do Brasil, em que as Ligas Camponesas levantavam a bandeira de Reforma Agrária, no Mucuri do início dos anos de 1960 foi o setor menos conservador da Igreja Católica quem tomou frente às reivindicações, defendendo a extensão dos direitos trabalhistas para o campo. Essa bandeira foi levantada pela Igreja Católica como uma forma de ocupar o espaço do PCB, evitando assim o temor quanto à presença comunista no campo.

Também na cidade de Teófilo Otoni a principal articulação era feita pela Igreja, com propostas do socialismo cristão. Sua atuação foi mais expressiva nos movimentos estudantis secundaristas, já que não havia cursos de graduação na região (Achtschin Santos, 2015). Por sua vez, o Partido Comunista Brasileiro tinha uma atuação em células, em reuniões esporádicas e com pouco envolvimento com a classe trabalhadora, exceto um pequeno número de ferroviários. Também chegou a se organizar, no final de 1963, o Grupo de Onze. Este foi uma



idealização de Leonel Brizola, que propunha criar diversos grupos formados por onze pessoas, como um time de futebol, por todo o Brasil, em prol de uma democracia popular e da defesa das Reformas de Base.

A maior concentração de operários estava na Estrada de Ferro Bahia e Minas, que contava no início dos anos 60 com quase dois mil funcionários (Achtschin Santos, 2015). Apesar de ter entre seus funcionários alguns militantes comunistas, o movimento sindical era frágil e dividido (Achtschin Santos, 2018).

Quanto ao quadro político-partidário, até o início dos anos de 1960, predominou o Partido Republicano e grupos aliados. Mesmo o PTB, que, em 1958 contava com cinco dos quinze vereadores, tinha uma estreita ligação com o PR. De acordo com Márcio Achtschin (2015), havia nesse período um “[...] PTB moderado e preso às tradições políticas, como o respeito à propriedade privada [...]” (p. 38).

Mas esse quadro se modifica nas eleições de 1962. O PR conseguiu eleger o prefeito e cinco vereadores, a mesma quantidade do PTB. A diferença é que neste surge entre os vereadores eleitos uma ala com pautas progressistas e trabalhistas (Achtschin Santos, 2015). Propostas de homenagens às lideranças de esquerda e exposições em prol das reformas de base surgem nos discursos da Câmara de vereadores (Achtschin Santos; Negreiros; Barreto, 2023).

É nesse cenário que ocorreu o Golpe em 31 de março de 1964. Em Teófilo Otoni aconteceram, de imediato, aproximadamente 70 prisões (Achtschin Santos, 2015). Os suspeitos de subversão foram levados à cidade de Governador Valadares, sendo que grande parte, após alguns dias, já estavam liberados. Os frágeis movimentos ligados à Igreja no campo e na cidade foram silenciados. Investigações mais apuradas ocorreram em relação ao PCB e ao Grupo de Onze. Naquele, as ações repressoras agiram mais em função dos temores nacionais. Mas as investigações não foram diante, resultando em prisões temporárias (Achtschin Santos, 2015). Quanto ao Grupo de Onze, apesar de pouco organizado, o foco foi em função do seu principal articulador, Tim Garrocho, à época suplente de vereador. Em função de sua atuação mais combativa, especialmente pelo seu discurso em prol da Reforma Agrária, Garrocho foi torturado nas dependências do DOPS, ficando preso até os anos 70 (Garrocho, s/d).



Na Câmara, além de Tim Garrocho, outro vereador, Francisco Onofre Pereira, esteve na prisão e houve tentativa de cassação de seu mandato. Pereira era da ala petebista mais questionadora (Achtschin Santos, 2015). Não ocorrendo sua cassação, Francisco Onofre fez um longo discurso em sua volta ao legislativo municipal relatando os oitenta dias que esteve no cárcere (Ata da Câmara de 22 de julho de 1964).

Desse modo, o Partido Republicano conseguiu frear os recentes movimentos sociais que surgiam na região, bem como manter sob seu controle a política partidária. Se a ditadura militar pós-64 contribuiu com medidas que favoreceram o capitalismo, em Teófilo Otoni e região, a repressão esteve a serviço do sistema de agregação.

A Câmara Municipal de Teófilo Otoni é um termômetro para essa tendência. A presidência da Casa foi renovada no final de 1964, recebendo o líder do PR, Dalton Figueiredo, todos os votos dos vereadores. Figueiredo se manteve como presidente da Câmara por treze anos, só ocorrendo sua saída em 1976.

No dia 27 de outubro de 1965 foi decretado o AI-2, extinguindo todos os partidos que funcionaram desde 1945. Dessa data em diante só seria permitida a existência de dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Antes da formalização do AI-2, o fim do multipartidarismo já era assunto de conhecimento geral, pautado na imprensa e meios políticos. Em discurso lamentando a extinção dessa sigla partidária um dos legisladores deixou clara a continuidade conservadora do PR: “[...] a nossa tradição não desaparecerá, pois continuaremos a seguir os mesmos exemplos do velho Artur Bernardes e do nosso estimado conterrâneo Tristão da Cunha” (Ata de 20 de outubro de 1965)”.

Nas atas da Câmara, ainda brotavam qui e ali discursos relembrando o fim do “ex-Partido Republicano” (Ata da Câmara de 20 de abril de 1964). No pleito de 1966, onze vereadores eleitos eram da ARENA, com apenas quatro do MDB. Mas, mesmo criado para uma oposição consentida em âmbito nacional, a tendência medebista regional era conservadora. Essa posição ficou evidente quando foi criada a Frente Ampla por políticos de grande expressão, como Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, para propor a redemocratização do Brasil. Em discordância dessa corrente, três vereadores do MDB local pediram o afastamento do partido



(Achtschin Santos; Negreiros; Barreto, 2023, p. 110). Até mesmo lideranças que apoiavam o governo Goulart foram trazidas, no momento do Golpe, para a ARENA.

O MDB, com um perfil próximo ao ex-Partido Republicano, também se explicitava como continuidade de lideranças do ex-PR (agora ARENA) a partir de ações favorecendo estes na Câmara. Em 1972, mesmo o MDB sendo o partido majoritário no legislativo municipal, as antigas lideranças do antigo PR continuavam tendo o controle da mesa. O vereador Wander Lister de Carvalho e Sá, líder medebista chamava a atenção para essa situação, pedindo para o seu partido “[. . .] não conceber a entrega da [sic] RENA, minoritária nesta casa, dos três mais importantes cargos da mesa” (Ata da Câmara Municipal de Teófilo Otoni, 15 de janeiro de 1975).

A continuidade de uma política próxima ao PR e seu projeto regional conservador trouxe resultados desastrosos para região já na segunda metade da década de 60, a começar pela ausência de resistência e o silenciamento dos movimentos sociais e dos partidos progressistas diante de decisões desfavoráveis à comunidade. Um exemplo foi o comportamento da comunidade diante do fechamento da Estrada de Ferro Bahia e Minas, em 1966.

Mesmo considerando que foi uma decisão tomada já no governo ditatorial, dentro de um contexto nacional de favorecimento à indústria automobilística, foi um período em que ainda havia alguma possibilidade de uma nota de repúdio, uma manifestação ou, pelo menos, um lamento por parte dos políticos locais em favor da EFBM. No entanto, tomando como referência o legislativo municipal de Teófilo Otoni, nem uma palavra sequer foi dita no ano de fechamento da ferrovia. Somente no ano seguinte um breve comentário foi feito pelo vereador Francisco Onofre Pereira, manifestando tristeza ao “[...] assistir hoje a retirada dentro da nossa cidade dos trilhos da antiga Estrada de Ferro Bahia e Minas” (Ata da Câmara Municipal de Teófilo Otoni, 16 de outubro de 1967).

Quanto às condições econômicas da região, foram tema central da Câmara de vereadores de Teófilo Otoni. Em ata de 25 de abril de 1967 vereadores denunciavam “[...] a verdadeira calamidade econômica-financeira que atravessava nosso município”. A pecuária, principal produção local à época, refletia essa dificuldade. Os contínuos apertos financeiros vividos pelo



frigorífico local, várias vezes debatidos na Câmara até os anos de 1980, era reflexo dessa crise. O legislativo municipal chegou a destinar recursos para abrandar as dificuldades do frigorífico.

A resistência em buscar alternativas que rompessem com essa atividade exclusivamente predatória abalou toda a região do nordeste mineiro. A mata Atlântica que ainda restava praticamente desapareceu com a criação extensiva da pecuária na segunda metade do século XX, sendo substituída por pastos. Esse impacto acarretou ao meio ambiente “[...] efeitos devastadores sobre o clima, índices e frequência pluviométrica, além de promover uma mais acelerada diminuição dos recursos hídricos” (Ottoni Carvalho, p. 57, 2006).

Segundo Ottoni Carvalho (2006), a criação extensiva de gado ocupou espaço de outras culturas agrícolas. No primeiro momento, em função da qualidade da terra, a produção foi elevada, trazendo riqueza não só para Teófilo Otoni, mas também para outros municípios do Mucuri, como Carlos Chagas e Nanuque. No entanto, em função da produção extensiva e de ausência de modernização das técnicas a “[...] bovinocultura extensiva também começa a perder força enquanto atividade produtiva [...]” (Ottoni Carvalho, p. 72, 2006).

Ainda segundo Ottoni, essa situação impactou especialmente na cidade polo da região, Teófilo Otoni, o que resultou no “[...] desemprego, inchamento populacional e desestruturação urbana” (Ottoni Carvalho, p. 68, 2006). O uso inadequado da terra, o impacto ambiental, e a conseqüente queda produtiva na agricultura e pecuária resultaram em um intenso êxodo rural. (Achtschin Santos, 2018).

Somadas ao impacto ambiental, a atuação dos sindicatos dos trabalhadores rurais e a presença maior do Estado exigindo o cumprimento dos direitos trabalhistas no campo fizeram com que a exploração agrega na região do Mucuri cessasse. Porém, grande parte destes camponeses veio para a cidade, especialmente Teófilo Otoni, inchando os espaços urbanos e trazendo todo o tipo de problemas.

Por sua vez, a economia urbana que floresceu com o crescimento da cidade de Teófilo Otoni, a partir dos anos de 1950, conservou o modelo de baixo investimento tecnológico e resistente à modernização. Segundo Wagner Batella (2013) a cidade de Teófilo Otoni se estruturou pela oferta de serviços e do comércio. Com a predominância do capital mercantil como base da sua economia, prevaleceu a continuidade: “[. . .] impõem-se limitações históricas,
Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1x, p. 1-24, e-rte331202471, 2024.



como a incapacidade de disseminar mudanças mais modernizantes das estruturas produtivas e sociais” (Batella, p. 205, 2013). Ainda segundo Batella, o capitalismo que chegou ao Mucuri não conseguiu promover avanços que superassem a economia mercantil em função da “[...] frágil capacidade de agentes locais em promover articulações mais densas no sentido de aprofundar a acumulação do capital para além daquela restrita à circulação, intermediação e trocas” (Batella, p. 212, 2013).

Nesse quadro, a possibilidade de uma intervenção do poder público não se concretizou, pois os governos municipais se ajustaram aos interesses privados do capital mercantil. Em momentos pontuais, ocorreram propostas modernizantes com intuito de transformar e incrementar a produção local, mas foram travadas pela predominância dos grupos ligados ao capital mercantil que “[...] não garantiram dinâmicas que promovessem rupturas com as bases produtivas construídas historicamente” (Batella, p. 211, 2013).

Exemplo de continuidade do modelo não-modernizante pode ser dado com a extração e comercialização de pedras semipreciosas. Essa atividade ganhou vigor ao longo do século XX, tendo seu ápice nos anos 80 e 90, chegando a empregar, segundo Batella (2013), 13.500 pessoas. Nesse período havia na região 250 micro e pequenas empresas ligadas à lapidação e comércio de gemas. Mas sua formação a partir da informalidade, os baixos investimentos em tecnologia e a incerteza do mercado externo resultaram em redução significativa desse mercado. Em 2011, havia 73 empregos formais concentrados em 20 estabelecimentos, gerando, ainda segundo Batella, renda para uma elite econômica que pouco diversifica nos investimentos na cidade.

Enquanto o Brasil vivia o crescimento do Milagre econômico do início da década de 70, Teófilo Otoni e região vivenciavam outra realidade. Na contramão dos avanços econômicos nacionais, as especificidades locais traçaram outro caminho para o Mucuri. Houve uma desaceleração econômica na região como poucas no Brasil. De uma das maiores economias de Minas Gerais até os anos de 1960, o nordeste mineiro passou a ser a terceira pior renda per capita do Estado (Achtschin Santos, 2018). A produção rural baseada no sistema de agregação estagnou, as atividades urbanas e as gestões municipais (caso da cidade polo do Mucuri, Teófilo Otoni). Distantes de uma política modernizante, não conseguiram impulsionar a economia

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1x, p. 1-24, e-rte331202471, 2024.



local. Portanto, diferentemente da tendência dos trabalhos acadêmicos produzidos em relação ao impacto de 64, pode-se afirmar que o Golpe atendeu a diferentes senhores.

Ora, para a compreensão deste e de outros processos históricos faz-se necessário que as pesquisas regionais sejam amplamente desenvolvidas. Somente a intensificação destes estudos poderia oferecer sustentáculo aos estabelecimentos escolares para fazer uso de conteúdos locais, conforme prevê o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9.394/96 (BRASIL, 1996). As releituras de acontecimentos nacionais a partir dos territórios potencializam o aprendizado, oportunizando aos estudantes uma perspectiva mais crítica e transformadora, uma vez que o ponto de partida para entender a sua formação tem como referência o seu próprio espaço de vivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas médias e grandes fazendas do Mucuri, por cerca de cem anos, a contar a partir de meados do século XIX, predominou o sistema de agregação, tanto nas relações econômicas quanto políticas. Com um vasto território disponível para o plantio e o pasto, foi intenso o desmatamento, sendo agrego o principal meio para uma incessante exploração predatória.

Em um período de plena expansão capitalista no Brasil, essa estrutura produtiva a partir do trabalho agrego e da exploração ambiental estritamente predatória aliada com o espaço de mata abundante era extremamente lucrativo, mas não estimulava investimentos tecnológicos. Tão pouco gerava um poder de compra para grande parte da população, que vivia em condições de miséria. A percepção do ruralista no nordeste mineiro era de uma natureza abundante, farta e inesgotável, fazendo com que o investimento na tecnologia fosse dispensado.

Politicamente, o Partido Republicano reproduziu os interesses desse grupo. Em um momento que se discutia modelos para acelerar a industrialização do Brasil, o PR buscou assegurar, quer seja por meio do controle da política local, quer seja por intermédio de representantes no cenário estadual e federal, os benefícios para conservação do sistema de agregação.

A transição para uma economia urbana ocorreu como uma continuidade da estrutura rural, preservando os princípios conservadores do agrego. Após o Golpe de 64, enquanto houve **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1x, p. 1-24, e-rte331202471, 2024.**



um grande favorecimento ao capital em âmbito nacional, o modelo baseado nas relações agregas não se identificou com projetos modernizantes. Tanto a elite agrária quanto os setores urbanos de Teófilo Otoni e região defenderam o Golpe, mas para a preservação de um sistema que não se identificava com os princípios do capitalismo. O resultado foi que, enquanto a economia nacional deu um grande salto no início dos anos de 1970, o nordeste mineiro viveu uma crise pouco comum nas cidades médias da região sudeste no mesmo período.

Desse modo, ao tratar dos fenômenos globais, propõe-se nessa pesquisa que sejam consideradas as realidades locais, ampliando as análises a partir dos territórios. Ainda que se reconheçam os acontecimentos nacionais, é necessário considerar que estes compõem uma complexa rede formada pela multiterritorialidade. Pressupões que as determinações macro não são, necessariamente, acompanhadas nos territórios.

Trabalhar a partir dessa perspectiva pode propiciar novas compreensões históricas, especialmente ao trazer questões territoriais para a educação. O espaço educacional, condicionado especialmente pelos livros didáticos, pouco considera em seu currículo realidades locais. Estas não são, necessariamente, identificadas com as decisões nacionais, apresentando aos estudantes um cenário limitado diante das suas vivências regionais.



ⁱ Conforme, FICO, Carlos (2004, 2014); NETTO, José Paulo (2014); REIS FILHO, Daniel Aarão (2000); DREIFUSS, René (1981); MOTTA, Rodrigo Patto Sá (2021), dentre outros.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Joice Aparecida Antonello. Concepções de Espaço Geográfico e Território. **Sociedade e Território**, Natal, v. 22, nº1, p. 46-64, jan./jun. 2010.

ACHTSCHIN SANTOS, Márcio. **A formação econômica, política, social e cultural do Vale do Mucuri**. Teófilo Otoni: [s.n.], 2018.

ACHTSCHIN SANTOS, Márcio. Os sertões das Minas Gerais: as particularidades na formação do Vale do Mucuri a partir de meados do século XIX. In: SANTOS, Márcia Maria Duarte dos Santos. MATEUS, Adalberto Andrade. (Orgs). **Minas Gerais 300 anos...** Belo Horizonte: editora Idea, 2020.

ACHTSCHIN SANTOS, Márcio. **O poder em pedaços: relações agregas no Vale do Mucuri (MG)**. Curitiba: Editora UFPR, 2022.

ACHTSCHIN SANTOS, Márcio. NEGREIROS, Rivani Lopes. BARRETO, Valmer Batista. **Os rumos de uma Filadélfia mineira pelas lentes da Câmara Municipal Teófilo-otonense**. Teófilo Otoni: Edição Independente, 2023.

ACHTSCHIN SANTOS, Márcio. SOREL, Igor. **Rua Direita versus 'Rastacoro': dominação e resistências em Teófilo Otoni e região no século XX (1910-1974)**. Teófilo Otoni: s.n., 2015.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BARROS, José d' Assunção. História, Espaço e Tempo. interações necessárias. **Varia Historia**. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.460-476, Jul/Dez 2006.

BATELLA, Wagner Barbosa. **Os limiares das cidades médias: reflexões a partir da cidade de Teófilo Otoni-MG**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente, São Paulo, 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **LDB: Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em 20 ago. 2024.

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1x, p. 1-24, e-rte331202471, 2024.



DREIFUSS, R. **A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe.** Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FICO, C. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, C. **O golpe de 1964: momentos decisivos.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

FRANCO, M. S. Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**, 2 ed., São Paulo: Ática, 1974.

GARROCHO, Walter Teófilo Rocha. **Retalhos da tortura.** Teófilo Otoni: s.n., s.n.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARTINS, Marcos Lobato. Ocupação e desflorestamento numa área de fronteira: Vale do Mucuri, MG – 1890-1950. **Revista de História Regional** 15 (1): 40-77, Verão, 2010.
file:///C:/Users/Milene-pc/Downloads/Ocupa%C3%A7%C3%A3o-edesflorestamento-numa-%C3%A1rea-de-fronteira-Vale-do-Mucuri%20(4). pdf. Acesso em 02 de maio de 2024.

MARTINS, Marcos Lobato. Ferrovias e desenvolvimento regional em Minas Gerais: o caso da Bahia-Minas. **Revista sÆculum**; João Pessoa, jan./jun. 2015.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Ano IX, nº 17, 2007.

MOTTA, R. P. S. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 2014.

OTTONI CARVALHO, Christiano. **A mesorregião do Vale do Mucuri: contextualização histórica e Análise do desenvolvimento.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia/ Tratamento da Informação Espacial PUC MG, Belo Horizonte, 2006.

PEREIRA, Larissa Duarte Araújo. CALDEIRA, Altino Barbosa. BARROSO, Leônidas Conceição. Revisão de alguns aspectos da paisagem cultural de Teófilo Otoni, na mesorregião do Vale do Mucuri, Minas Gerais – Brasil. **Revista Científica Vozes dos Vales.** nº 07 – ano IV – 05/2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.



RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Estrada da vida**: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

SOBRE A AUTORIA:

[*] Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - professor adjunto da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). <https://orcid.org/0000-0002-9436-4723>. E-mail: marcio.achtschin@ufvjm.edu.br

Submetido em: maio de 2024
Aprovado em: outubro de 2024
Publicado em: novembro de 2024